

Metodologia de estudos genealógicos açorianos na Casa dos Açores do Rio de Janeiro: Desafios, limitações e potencialidades

*Methodology of Azorean genealogical studies at the Casa dos Açores
in Rio de Janeiro: Challenges, limitations and potentialities*

Daniel Evangelho Gonçalves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0004-9852-0270>

E-mail: historiador.danielgoncalves@gmail.com

Recepción: 18.04.2023

Aprobación: 23.06.2023



Resumo: Este artigo aborda os resultados preliminares do projeto de pesquisa genealógica realizado no quadro associativo da Casa dos Açores do Rio de Janeiro. O projeto contribui para a criação de um banco de dados dos açorianos no Rio de Janeiro e compõe um estudo mais amplo sobre a imigração açoriana e o associativismo étnico desses imigrantes. A Casa dos Açores é escolhida como espaço de investigação por ser ali fundada a dinâmica de associação e suporte aos imigrantes no Rio de Janeiro. O associativismo étnico vivenciado pela comunidade açoriana na cidade - principalmente entre as décadas de 1950 e 1970 - permite compreender o fluxo migratório destas ilhas com destino às terras cariocas. O estudo baseia-se na análise das fichas de cadastro dos sócios fundadores da Casa dos Açores, contribuindo com a identificação do perfil dos associados, das ilhas de origem e das prováveis práticas culturais, bem como com o cruzamento de dados oriundos de outros documentos. A partir da correlação de tais fontes, é possível identificar dados que proporcionam a compreensão do perfil do açoriano que desembarca no Rio de Janeiro, assim como as diferenças e similaridades dos imigrantes açorianos em comparação aos demais portugueses que chegaram em terras cariocas.

Palavras-chave: genealogia, metodologia de pesquisa genealógica, imigração açoriana, associativismo étnico, fluxos migratórios portugueses

Abstract: This article addresses the preliminary results of the genealogical research project carried out in the associative framework of Casa dos Açores in Rio de Janeiro. The project contributes to the creation of a database of the Azoreans in Rio de Janeiro and is a part of a broader study on Azorean immigration and the ethnic associations of these immigrants. Casa dos Açores was chosen as a research space because the dynamics of association and support for immigrants in Rio de Janeiro were founded there. The ethnic associations experienced by the Azorean community in the city - mainly between the 1950s and 1970s - allow us to understand the migratory flow from these islands to Rio de Janeiro. The study proposed in this article is based, therefore, on the analysis of the registration forms of the founding partners of Casa dos Açores, contributing to the identification of the profile of the associates, the islands of origin and the probable cultural practices, as well as the crossing data from other documents. From the correlation of such sources, it is possible to identify data that provide an understanding of the profile of the Azorean who disembark in Rio de Janeiro, as well as the differences and similarities of the Azorean immigrants compared to other Portuguese who arrived in Rio de Janeiro.

Keywords: genealogy, genealogical research methodology, Azorean immigration, ethnic associations, Portuguese migratory flows

AÇORES, FLUXO MIGRATÓRIO E A CASA DOS AÇORES DO RIO DE JANEIRO: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA

Este artigo se concentra em apresentar a metodologia, os desafios e os resultados colhidos com a análise genealógica das fichas de sócios da Casa dos Açores do Rio de Janeiro (CARJ) com o intuito de auxiliar na compreensão dos fluxos migratórios açorianos para a cidade do Rio de Janeiro, já que a imigração açoriana para esta cidade é fortemente ligada ao associativismo étnico, representado, institucionalmente, pela CARJ.

Para compreensão da temática deste artigo, primeiramente, torna-se necessário apresentar, brevemente, informações sobre o arquipélago dos Açores e a criação da Casa dos Açores, a fim de elucidar acerca da escolha de muitos açorianos pela cidade do Rio de Janeiro como destino emigratório. Em seguida apresentaremos a metodologia escolhida para realizar as análises genealógicas, os principais desafios encontrados ao analisar as fontes e os resultados iniciais atingidos.

O arquipélago dos Açores é uma região autônoma de Portugal localizada no Oceano Atlântico a meio caminho entre Portugal (1.428 km) e os Estados Unidos da América (6.027 km), constituída por nove ilhas: o Grupo Ocidental, composto por Corvo e Flores; o Grupo Central, formado por Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira; e o Grupo Oriental, com as ilhas de Santa Maria e São Miguel (hoje, a capital do arquipélago).

As ilhas, tal como as do arquipélago da Madeira, são de origem vulcânica, característica até hoje presente no cotidiano da população que convive com

sismos e riscos de erupção. De modo geral, as formas de revelo vulcânico são muito mais recentes e nítidas nos Açores do que na Madeira, tanto que o ponto culminante de Portugal fica na montanha da ilha do Pico, a 2.351 metros de altitude. Contudo, os vulcões se tornaram verdejantes jardins e as ilhas são reconhecidas pela encantadora beleza.

O arquipélago foi descoberto em 1427 pelo navegador Diogo de Silves e iniciou a ocupação humana em 1443. As Ilhas conquistaram sua autonomia administrativa em 1895 e a autonomia política em 1976. Separados de todos os continentes por léguas e léguas de mar, os açorianos sempre sobreviveram a adversidade e têm como característica a emigração. Espalharam-se pelo mundo e, no Brasil, ajudaram a colonizar o território, semeando a terra não só com alimentos, mas com sua cultura, religiosidade e tradições.

A cidade do Rio de Janeiro recebeu milhares de imigrantes açorianos ao longo de sua história. Nos fins do século XIX até meados do século XX, muitos açorianos migraram ao Rio de Janeiro por conta própria ou com o auxílio de familiares e de amigos, atraídos pelo sucesso de seus conterrâneos no setor comercial. O Rio de Janeiro atraía os emigrantes por ser a capital da República; cidade em franca expansão econômica, maior centro comercial e bancário do país e pioneiro na industrialização. Contudo, foi apenas entre as décadas de 1920 e 1950, que os açorianos formaram uma expressiva e unida comunidade com diferenças regionais em comparação aos portugueses continentais.

Estes açorianos que migraram para terras cariocas vieram no fim de um período especial para os estudos migratórios, conhecido na bibliografia como a Grande Imigração (Sarmiento & Fernando, 2017), entre os anos 1880 e 1930. Esse período é caracterizado pelo aumento vertiginoso de emigrantes europeus para o Brasil devido às conjunturas socioeconômicas de seus países. Os portugueses ganharam destaque nesse movimento migratório, criando as cadeias migratórias que incentivaram e apoiaram diversos outros conterrâneos a seguir o mesmo caminho.

Em 1920, havia cerca de 30 milhões de habitantes no Brasil, dentre eles 1.565.961 eram imigrantes, dos quais 433.567 eram portugueses cuja maioria concentrava-se no Distrito Federal (Rio de Janeiro), totalizando 172.338, ou seja, 14% do total de estrangeiros na cidade, configurando-se como a maior colônia (Lobo, 2001, p. 44). No início da República, os portugueses dominavam setores da economia como: transporte, setores de serviços financeiros, pequenas indústrias e abastecimento das cidades.

Cerca de 20% dos portugueses que vieram para o Brasil durante o século XVIII eram de origem açoriana. No século XX, esta imigração atingiu suas maiores taxas. Na década de 1950, o Estado do Rio de Janeiro já contava com mais de

30.000 açorianos empresários e comerciantes, concentrados principalmente na capital (Evangelho, 2012).

Entre as décadas de 1910 e 1930, a atuação profissional dos açorianos, cuja maioria era oriunda da Ilha Terceira, estava ligada à produção de leite em estábulos, distribuídos por toda a cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões Central e Zona Norte, nos bairros que circundavam a cidade como Tijuca, Maracanã, Santa Teresa, Mangue, Catete ou Estácio (Evangelho, 2012, p. 72), demonstrando a continuidade das ocupações laborais exercidas no arquipélago, já que a Ilha Terceira era a maior produtora de leite do Arquipélago. Eram os açorianos que abasteciam os lares cariocas de leite na Primeira República e no início do Governo Vargas. As transformações econômicas e políticas que procuravam sanear a cidade fizeram este tipo de comércio falir. Todavia, o açoriano continuou no ramo de carnes dominando os talhos, ou açougues, por toda a cidade.

Os conflitos bélicos, intempéries naturais, dificuldades econômicas ou sociais e até mesmo a busca de uma vida mais abastada, configuram-se como causas para a imigração açoriana (Silva, 2002). É possível observar, portanto, vários motivos que contribuíram para a escolha do Rio de Janeiro como morada para estes imigrantes, mas a presença das redes de apoio local na cidade é umas das que mais se destaca.

As redes de apoio local consistem no suporte oferecido aos novos imigrantes por parte daqueles já estabelecidos na cidade escolhida. O fluxo migratório se constituía a partir do seguinte movimento: um açoriano convidava, por intermédio de uma Carta de Chamada, parentes ou amigos próximos para trabalhar e morar na cidade, responsabilizando-se por eles em solo carioca. Esse apoio reforçava seus laços concentrando as relações sociais e econômicas entre eles. Nesse sentido que surge a CARJ.

A Casa dos Açores do Rio de Janeiro foi fundada no dia 17 de julho de 1952 a partir da necessidade de um local que servisse tanto de ponto de encontro para o lazer e recreação, como de reprodução da cultura e tradições desses imigrantes. De modo geral, as associações portuguesas têm a missão de amortecer o impacto da distância e da saudade. As casas regionais, cada uma com suas peculiaridades, surge, portanto, com o intuito de oferecer aos residentes estrangeiros a oportunidade de conviver entre seus pares, estabelecendo laços de solidariedade, associação e auxílio mútuo. Por meio das Casas o emigrante cultiva suas tradições, seus valores e sua cultura, cria vínculos e promove sua região de origem em meio à sociedade local.

Assim, a Casa dos Açores passou a ser, para os imigrantes açorianos, o centro social da comunidade açoriana radicada no Rio de Janeiro e uma das principais responsáveis pela união destes ilhéus. Se configurou como um espaço

responsável pela manutenção da identidade cultural. A ideia de uma instituição que oferecesse um local para a interação da colônia natural do arquipélago já era esboçada desde as primeiras décadas do século XX.

Seja com vacarias ou açougues os açorianos se estabeleceram nesta parte da cidade, tanto com seus comércios quanto com suas moradas. Esse é um dos motivos para a Casa dos Açores ter sido fundada no coração do bairro da Tijuca. A análise das primeiras atas e entrevistas feita com os sócios da Casa demonstra que outro grande motivo foi a presença de outras casas portuguesas no bairro, já frequentadas pelos açorianos.

A Casa dos Açores do Rio de Janeiro nasceu, portanto, com o objetivo de congregar os açorianos residentes na cidade maravilhosa, fomentando o auxílio material, a filantropia e a manutenção das tradições, dos valores, da religiosidade e da cultura do arquipélago, construindo um patrimônio comum. Os emigrantes de primeira e segunda geração que formaram e mantiveram a Casa sempre estiveram preocupados em manter este sentimento regionalista, conquistando, desse modo, o apoio do Governo dos Açores e o reconhecimento da sociedade local. Segundo Pacheco:

A Casa dos Açores apresenta-se perante a comunidade açoriana como a casa mãe, a ilha, a freguesia, com todos os afetos e memórias do mundo rural de onde provém a maior parte da emigração. Na casa regional perpetuam-se e reinventam-se os valores culturais deixados em Portugal. O convívio é marcado pelo saudosismo do país distante e pelo culto das tradições, como as Festas do Divino Espírito Santo, já que o carnaval se abraçou pela contágio da música brasileira. (2016, p. 122)

Fechados entre si, os açorianos apresentam uma visão etnocêntrica em relação ao outro. Os casamentos com brasileiros, por exemplo, eram malvistas, interpretados como uma ruptura com a cultura e os valores açorianos, considerados “superiores, valores que, inevitavelmente perder-se-iam com a introdução de “estranhos” na família” (Pacheco, 2016, p. 122).

Historicamente, as gerações mais velhas transmitiam os valores e a memória da sua comunidade aos mais novos, todavia, o intenso fluxo migratório a partir do século XIX levanta outra questão: os antepassados são abandonados, e com eles as heranças materiais e imateriais de seu povo, pois são, em regra, os transmissores da cultura, tornando-se apenas uma referência ao local de origem e tradição.

Então, diferentemente de outros grupos que puderam conviver com seus familiares mais velhos por um longo período, os imigrantes viram-se privados do contato com seus antepassados, necessitando constantemente da intermediação de outras pessoas para reestabelecer os laços de pertencimento a um determinado grupo social. É a Casa dos Açores que faz este papel de transmissão, ressignifi-

cação e até recriação da Cultura e da memória do povo açoriano estabelecido no Rio de Janeiro.

Partindo do preceito de que o associativismo é “uma das mais importantes formas de organização social e um instrumento privilegiado para a satisfação das necessidades do ser humano, nas suas mais diversas manifestações sociais, educativas, recreativas, culturais, políticas e económicas” (Portugal, 2017, p. 5532), percebemos a importância da Casa dos Açores para a comunidade açoriana em solo carioca.

Ao constatar essa importância, torna-se fundamental conhecer mais a fundo o quadro associativo da Casa dos Açores para entender quem foram os primeiros fundadores da Casa dos Açores; quem foram os responsáveis pelas escolhas que definiram as tradições a serem mantidas; o porquê de algumas festas religiosas serem escolhidas em detrimento de outras; o porquê de certas comidas serem consideradas tradicionais e o motivo do destaque para certas músicas folclóricas e quais características definem esses imigrantes e seus descendentes como um grupo que, por mais que sofram alterações e adaptações, seguem identificando-se como uma comunidade singular e específica dentro do universo das comunidades portuguesas radicadas no Rio de Janeiro por mais de setenta anos.

Sendo assim, o presente artigo apresenta uma ferramenta de pesquisa por nós utilizada para tentar responder a estes questionamentos. Trata-se dos estudos genealógicos realizados a partir das fichas de sócios da Casa dos Açores. Sua análise permite conhecer o perfil destes imigrantes, bem como chegar a outros documentos e fontes que ampliam o olhar sobre esta peculiar comunidade portuguesa formada em terras cariocas. Apresentamos, a seguir, a metodologia utilizada, bem como as suas limitações, os desafios e as oportunidades deste tipo de estudo científico. Destacamos que este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre imigração açoriana e associativismo na cidade do Rio de Janeiro. O encaramos como um ponto de partida que, por essência, fornece dados a serem cruzados com outras fontes historiográficas, tais como entrevistas com os sócios da Casa (utilizando a metodologia da História Oral), análise de fontes primárias (como boletins e atas da instituição), além da bibliografia levantada acerca dos estudos migratórios de portugueses para o Rio de Janeiro.

METODOLOGIA ADOTADA NO PROJETO DE GENEALOGIA

Nosso objetivo inicial foi verificar a procedência dos associados da CARJ e criar uma ficha com o máximo de informações. O primeiro passo foi realizar um mapeamento quantitativo da comunidade para fazer o levantamento genealógico por meio da coleta de diferentes documentações e registros da Casa dos Açores, principalmente utilizando as fichas de sócio.

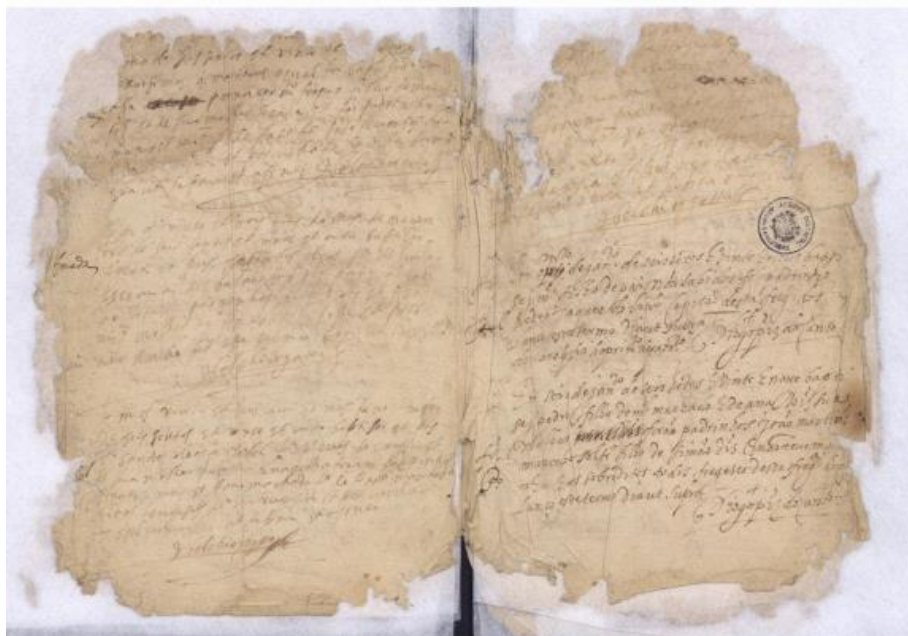
A partir desse trabalho busca-se identificar as famílias, suas origens e como se encontram na atualidade, a fim de reconhecer a influência social e econômica deste grupo de portugueses e a sua distribuição geográfica. Este mapeamento tem início com a análise de uma importante fonte primária, as fichas de sócio ainda exclusivamente em papel cartão. Estes documentos contêm vastas informações pessoais. Foi preciso analisá-las, agrupá-las e estabelecer as conexões entre elas. Com base nesse trabalho, estabelecemos um ponto de partida para a busca de imigrantes vinculados à essas famílias.

Em seguida, as informações levantadas foram cruzadas com a análise de passaportes por meio dos sites: *tombo.pt* (Ventura, 2021), *FamilySearch* (Intellectual Reserve, s.d.), *Banco de Entrada de Estrangeiros no Brasil - Porto do Rio de Janeiro* (Brasil, Ministério da Justiça, s.d.) e *São Jorge Genealogy* (2022), que possuem livros paroquiais e de registro civil digitalizados em seu acervo.

Apesar da plataforma ter o nome de apenas uma das ilhas, dentro do *FamilySearch* ou do site *genealogia de São Jorge* estão contidas bases de dados de outras ilhas, tornando possível analisar as outras 8 ilhas e comparar com os registros que existem no *Tombo.pt*. Esta é uma ferramenta propícia para buscar registros de açorianos e sobre genealogia de forma geral, o último passo, a última tentativa de encontrar de forma rápida os dados genealógicos almejados.

Nos casos em que não as encontramos, ainda há a possibilidade de buscar outras informações em passaportes, livros paroquiais, cartas e outros documentos de forma manual (o que ainda não foi feito). O método mais rápido é quando a pessoa almejada já está inserida em alguma plataforma de dados que contenha os livros genealógicos, pois basta fazer uma busca simples pelo nome completo que as principais informações aparecem. O mais difícil é ter de olhar todos os livros paroquiais de todas as freguesias de todas as 9 ilhas dos Açores, página por página, sem conseguir utilizar a busca por nomes e ainda correndo o risco de não conseguir identificar o que está contido no documento devido à sua deterioração, como acontece no exemplo a seguir:

FIGURA 1. DOCUMENTO ENCONTRADO NO ACERVO DO CENTRO DE CONHECIMENTO DOS AÇORES



Fonte: Centro de Conhecimento dos Açores, s.d.

Após este primeiro levantamento nominal, utilizando as plataformas já digitalizadas, existe uma grande possibilidade de não encontrarmos informações relevantes, então verificamos os sobrenomes coletados nos bancos de dados da Casa dos Açores e cruzamos os dados com outras bases como obras genealógicas consolidadas que abrangem um grande número de famílias, como: *Genealogias da Ilha Terceira* (Mendes & Forjaz, 2011); *Genealogias de São Miguel e Santa Maria* (Rodrigues, 2008); *Fenix Angrence* (Maldonado, 1757); *Genealogias de São Jorge* (Azevedo, 1923) e *Genealogias de São Jorge* (Avelar, s.d.).

Dessa forma, abranger-se-á quase todos os registros disponíveis em todas as ilhas. Nesses registros há a possibilidade de busca por datas de emigração, nomes dos navios de transporte, porto de chegada e, eventualmente, nome dos parentes próximos do imigrante, criando um leque de informações sobre o imigrante. Ainda assim, quando não encontradas as informações, há um canal de comunicação com a Direção Regional de Cultura do Governo dos Açores ou com o Museu da Imigração da Ilha de São Miguel. Pode-se mandar um e-mail com um pedido de informações, pois ainda há muitos documentos que não foram digitalizados. As pessoas responsáveis farão uma busca manual, podendo encontrar aquilo que se procura.

DESAFIOS ENCONTRADOS

Para poder iniciar a pesquisa genealógica, precisávamos do nome do casal de pais do indivíduo a ser estudado, selecionado nas fichas de sócio que se encontram na Casa dos Açores, ainda em formato físico (não digitalizado), desde a sua fundação em 1952. Para encontrar o sócio, precisamos do nome completo e ao menos a data de óbito, para podermos retroceder até a data de nascimento e buscar nos livros paroquiais. Contudo, algumas vezes, havia mais de um livro no mesmo ano, dificultando a busca. Isso quando os dados estão corretos e conseguimos encontrar, além de contar com a digitalização dos documentos da paróquia em questão já estar digitalizado. Outro fator que deve ser levado em consideração é que, até o advento da República Portuguesa, os registros de nascimento não eram feitos pelo Estado e sim pela Igreja, e feitos à mão. Alguns padres tinham uma boa caligrafia, mas outros não, o que pode atrapalhar muito a pesquisa.

O que queremos apontar é a grande dificuldade de se fazer esse tipo de trabalho, pois podemos encontrar uma grande variação do mesmo nome registrado de diversas formas ou ilegível. Caso apenas colocássemos o nome do sócio registrado na ficha da Casa nos sites de busca, encontraríamos dezenas ou até centenas de resultados com a mesma construção nominal. Então, não poderíamos afirmar que de fato aquela árvore genealógica se refere efetivamente a da pessoa estudada, por mais que ela esteja registrada como um imigrante com residência no Rio de Janeiro.

Como resolver os problemas citados? Para quase todos os casos, a solução adotada por nós foi de olhar para a primeira linha de ascendência, os pais daquele indivíduo, nos registros de casamento ou nos livros de registro. Como há uma chance muito grande de existir um homônimo do lado paterno, conseguimos diferenciar se, de fato, aquele é o casal de pais que procuramos pelo nome da esposa (exemplo: há uma série de homônimos de Manuel Machado Evangelho, mas somente um é casado com Rosa Maria e que é filho de Luísa Meneses Machado). Então, desta forma, conseguimos diferenciar se aquele filho do casal em questão é o sócio que migrou para o Rio e frequentou a Casa dos Açores.

Outro desafio encontrado nos registros da Casa dos Açores foram as diferentes formas de registro do nome próprio que o mesmo sócio recebia em diferentes documentos. Por exemplo, o Sr. Manuel, na ficha de inscrição da Casa está com seu nome escrito como Manoel, mas no Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro está Manuel. Há muitos Luíses com z (Luiz) ou Antónios com o acento circunflexo à moda brasileira (Antônio). E quando se faz a busca por nomes, o sócio Manuel que buscamos não é encontrado, pois seu nome está registrado com O ou invés de U. Tivemos que corrigir, nome a nome, buscar

manualmente, por tentativa e erro, diferentes variações nominais até achar o verdadeiro nome de batismo do sócio, e, conseqüentemente, achar toda sua trajetória genealógica.

Há também o desafio dos sobrenomes ausentes ou registrados de forma distinta ou trocada em diferentes locais. Por exemplo: o sócio Joaquim está registrado na Casa dos Açores como Joaquim de Borba Júnior, porém, não conseguimos encontrar quaisquer informações adicionais. Isto por que seu nome foi escrito de forma errada pela pessoa responsável. Sabemos disso pois o encontramos registrado de outras formas. No Consulado seu nome está registrado como Joaquim de Borba Coelho. E no livro, baseado no registro de casamento, como Joaquim Coelho de Borba Júnior. Além destes desafios, encontramos muitos outros erros ou, simplesmente, o costume da época em não se atrelar a regras específicas de nomenclaturas, comprometendo a pesquisa, como a escrita do sobrenome Ascensão poder aparecer como Assunção, ou Costa escrito como Cota.

É importante ressaltar que há uma grande dificuldade em encontrar nos registros consulares informações diretas sobre açorianos. Em geral se cadastrava a pessoa como português, não havia essa distinção regional, ou quando havia, muitas vezes não existia o cuidado de registrar corretamente de qual lugar provinha o imigrante, sendo o açoriano registrado como oriundo da ilha da Madeira por exemplo. Os registros de casamento apresentam que os cônjugues são portugueses e não açorianos. Como as ilhas eram isoladas, inclusive entre si, ao ser questionado, o imigrante informava sua cidade de nascimento, podendo ser de Angra do Heroísmo na Ilha Terceira, ou da Horta no Faial etc. mas não informavam que eram do arquipélago dos Açores. E ainda há o problema da falta de informações relativas às mulheres, devido a sociedade fortemente patriarcal, tanto no Brasil quanto em Portugal. Muitas vezes, os documentos femininos apresentam apenas o primeiro nome e o do esposo.

RESULTADOS OBTIDOS

A questão que se coloca é: “Quanto tempo leva uma genealogia?”. De acordo com o site genealógico da empresa Assessoria Internacional (s.d.), uma única genealogia pode levar alguns meses para ser entregue. Já o site “Genealogia sem segredos” (s.d.) informa que, em média, uma única genealogia, ou seja, partindo de um único membro, pode levar cerca de 1 a 3 meses para 5 gerações, ou de 2 a 5 meses para 7 gerações.

Partindo desse pressuposto e considerando a vasta quantidade de dados ainda não analisados e catalogados presentes na CARJ, o cronograma deste projeto acaba por ser incerto. Para tornar possível o processo, tivemos de limitar

nosso objetivo inicial a mapear geneallogicamente os sócios da Casa dos Açores até seus avós açorianos. Iniciamos as análises em agosto de 2022 e ainda não chegamos à metade da análise das fichas de sócios.

Apesar de todos os contratempos, até o momento, conseguimos digitalizar mil sócios, contendo apenas o nome, de um total de 2945. Estes dados foram informatizados em uma planilha. Destes, 407 foram transcritos completamente, contendo nome dos pais e dados pessoais dos sócios, ilha de origem, profissão, tipo de membro (exemplo: fundador, iniciador contribuinte etc.) e demais dados fundamentais para que o processo de busca futura possa ser otimizado e para que as informações, antes contidas apenas em fichas de papel, possam ser armazenadas sem o risco de perdas ou degradação pelo tempo. Conseguimos chegar ao número de 140 fichas concluídas completamente ou parcialmente, a parcialidade no conteúdo de diversas fichas genealógicas com dados ausentes se justifica pela inexistência de informações sobre os indivíduos nos bancos de dados analisados. O trabalho não segue uma linearidade numérica. Podemos encontrar a ficha número 1 e em seguida a ficha de número 900, isto porque o critério adotado foi a facilidade de encontrar os dados buscados de forma mais efetiva.

TABELA 1: TIPOS DE FICHAS.

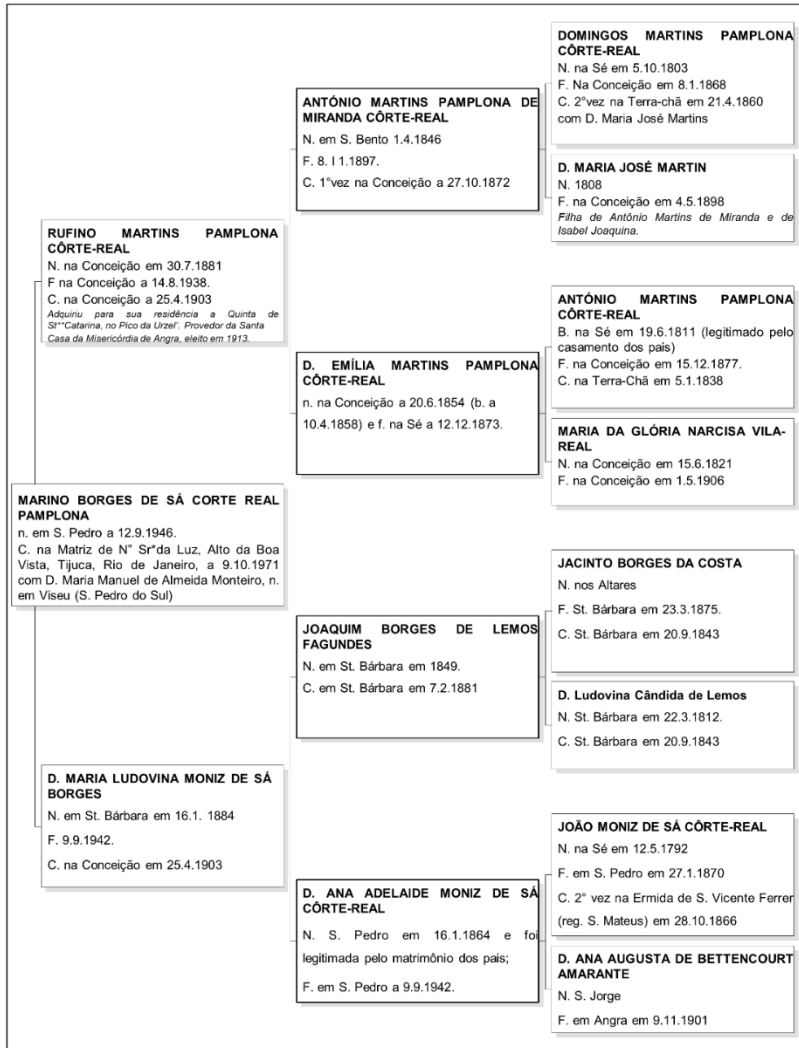
Classificação	Conteúdo Inserido
Tipo I – Completa	Ficha genealógica completa, contendo nome, data, eventos sobre o sócio e seus antepassados, mais ficha da Casa dos Açores (Exemplo: Marino Borges de Sá Corte Real Pamplona).
Tipo II – Parcial	Ficha genealógica parcial, contendo nome do sócio, dos pais, mas sem data, eventos sobre o sócio e seus antepassados, mais ficha da Casa dos Açores (Exemplo: Manuel Silveira Pimentel).
Tipo III – Parcial	Ficha genealógica parcial, contendo nome do sócio, dos pais, mas sem data, eventos sobre o sócio e seus antepassados. Contudo, contendo registros de casamento dos pais dos sócios retirados das paróquias, contendo também a ficha da Casa dos Açores (Exemplo: José Ferreira de Ascensão Toste).
Tipo IV – Parcial	Ficha genealógica parcial, contendo nome do sócio, dos pais, mas sem data, eventos sobre o sócio e seus antepassados. Contudo, contendo documentos sobre parentes (irmãos ou tios), além da ficha da Casa dos Açores (Exemplo: Francisco Vieira Gomes).

Fonte: elaboração própria.

Devido ao número limitado de páginas deste artigo não apresentaremos todos os exemplos de fichas acima. Contudo, é importante salientar que nossas fichas completas oferecem informações com todos os dados do sócio, de seus pais

e seus avós, com datas de nascimento e morte, registro de casamento, tipo de sócio (que revela seu envolvimento com a Casa), endereço de morada no Brasil e outras informações relevantes, como o caso do Sr. Marino Borges de Sá Corte Real Pamplona (Fig. 2).

FIGURA 2. FICHA GENEALÓGICA DO SR. MARINO BORGES DE SÁ CORTE REAL PAMPLONA



Fonte: elaboração própria.

FIGURA 3. FICHA DE REGISTRO FAMILIAR DO SR. MARINO BORGES DE SÁ CORTE REAL PAMPLONA

REGISTO FAMÍLIAR – CASA DOS AÇORES/RJ MARINO BORGES DE SÁ CORTE REAL PAMPLONA

Marido	MARINO BORGES DE SÁ CORTE REAL PAMPLONA	
Nascimento	12.9.1946	S. Pedro
Baptizado		
Óbito		
Casamento	9.10.1971	Tijuca, Rio de Janeiro
Esposa	D. MARIA MANUEL DE ALMEIDA MONTEIRO	
Nascimento		
Baptizado		
Óbito		

Atente *Atencamente*

CASA DOS AÇORES

Carteira (Modelo 19) N.º 373.546 Matrícula N.º 23

Nome **MARINO BORGES DE SÁ CORTE REAL PAMPLONA**

Admitido em 17 de Julho de 1952 Categoria **Iniciador**

Idade 45 Estado Civil **casado** Profissão **Proprietário**

Filiação **Rufino Martins Pamplona**

Nascido a 22/11/906 Freguesia **Conceição** Conselho **ANGRA** Distrito **ANGRA** Ilha **TERCEIRA**

██████████ - Rua **São Cristóvão, 520** T.28-8315 Bairro

Local de Cobrança - Rua **Idem** Bairro

Proposto por ██████████ Matrícula N.º

Observações **Passou para socio HENNERITO em assembleia do Conselho Deliberativo realizada em 11-12-1958.-**

Presidente Secretário

Fonte: elaboração própria.

FIGURA 4. FICHA DE SÓCIO DA CASA DOS AÇORES DO SR. MANUEL SILVEIRA PIMENTEL

AUSENTE

CASA DOS AÇORES

Carteira (Modelo 19) N.º 282422 Matrícula N.º 86

Nome MANOEL SILVEIRA PIMENTEL

Admitido em 10-8-1952 Categoria Fundador

Idade 21 Estado Civil solteiro Profissão comerciário

Filiação José Silveira Pimentel e Maria da Esperança Silveira

Nascido a 3-2-1931 Freguesia Feteira Conselho Angra Distrito Angra Ilha Terceira

 - Rua Bairro

Local de Cobrança - Rua Sétima, 5 Trajá Bairro

Proposto por Matrícula N.º

Observações

Presidente Secretário

Fonte: Acervo da Casa dos Açores do Rio de Janeiro

Todavia, não obtivemos o mesmo sucesso em relação a árvore genealógica de alguns sócios, ficando apenas com o nome dos pais. Contudo, ao buscar mais documentos e cruzá-los, obtivemos informações importantes que nem mesmo o Governo dos Açores tem, pois estão em fichas consulares que o Governo Açoriano não teve acesso ou na ficha societária da Casa dos Açores (CARJ). Acabamos por descobrir informações riquíssimas para os estudos migratórios como o meio de locomoção, profissão, cidade de nascimento, data de saída de Portugal e chegada no Brasil, dentre outras, como no caso do sócio Manuel Silveira Pimentel. Ressaltamos a diferença nominal do Sr. Manuel, que está registrado como Manoel na Ficha da CARJ (Fig. 4).

FIGURA 5. FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO COM INFORMAÇÕES QUE NÃO CONSTAM EM QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS

92290 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 538 MODELO S.C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Manuel Silveira Pimental
Admitido em território nacional em carácter permanente
(temporário ou permanente)

Nos termos do art. 92º letra aaa do dec. 7967, de 19.45.

Lugar e data de nascimento Angra do Heroísmo 3/2/1931
Nacionalidade portuguesa Estado civil solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) José Silveira Pimental e de Maria da Esperança Silveira Profissão Emp. comercial
Residência no país de origem Angra do Heroísmo, Açores

NOME	IDADE	SEXO
.....
.....
.....

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 507 expedido pelas autoridades de Gov. do Dist. aut. Angra do Heroísmo na data 4 de Dezembro de 1950 visado sob n. 665

ASSINATURA DO PORTADOR: Manuel Silveira Pimental

NOTA—Esta ficha deve ser apresentada à autoridade consular, sendo a data nela em original

SELLO CONS: 

Consulado Geral do Brasil em Lisboa. 14 de dezembro de 1950.

O CONSUL-GERAL do Brasil em Lisboa
Antônio Lacerda
Consul Adjunto

Fonte: Acervo da Casa dos Açores do Rio de Janeiro

FIGURA 6. FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO COM INFORMAÇÕES QUE NÃO CONSTAM EM QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS (2ª PARTE)

OBSERVAÇÃO—As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 1/1/50 Embarcação NORTH KING
Permanência em território nacional até permanente
Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d. esta Capital
registro n. 282472
Foi residir à Couse Meiro Impulsora 258 Rio
Vai trabalhar
Pretende deixar o Brasil pelo porto de
Observações Docs, Çens, (2) Bilhete de ident,

Fonte: Acervo da Casa dos Açores do Rio de Janeiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso não seja possível identificar a genealogia de determinados indivíduos devido à falta de documentos nos sites de genealogia ou livros, podemos recorrer às fichas societárias mencionadas anteriormente. Essas fichas contêm informações relevantes, que foram registradas na época da filiação e armazenadas em fichas físicas, mas que agora estão sendo digitalizadas. Dessa forma, mesmo que não seja possível traçar a genealogia desses indivíduos até seus avós e trisavós, as fichas fornecerão informações valiosas, permitindo que a Região Autônoma dos Açores possa catalogar esses indivíduos que antes não possuíam evidências documentais. Além de beneficiar a administração da Casa dos Açores e seus sócios, tendo em vista que não há um sistema com os dados digitalizados desses membros. Desse modo, ao término do projeto, todos os 2945 membros estarão informatizados. Preservar as fichas de papel, que deixarão de ser manuseadas e poderão ser armazenadas sem o risco de perdas ou degradação pelo tempo.

Ao final da informatização de todas as informações, criaremos uma base de dados das famílias de origem açoriana presentes na CARJ, com o nome dos pais, ilha de origem, data de nascimento, profissão, tipo de sócio (exemplo: fundador, iniciador contribuinte etc.), será possível estabelecer o percentual de imigrantes de cada ilha, divisão por gênero, bairro de morada, suas ocupações na sociedade carioca e outras informações relevantes para os estudos de fluxos migratórios.

Estes dados ficarão disponíveis *on-line* para consulta pública no site da Casa dos Açores-RJ, contendo informações dos imigrantes, famílias e links com os documentos para serem acessados gratuitamente. Dessa forma, o conhecimento sobre a origem das famílias fica facilitado, permitindo o acesso a registros históricos e genealógicos ancestrais da comunidade açoriana no Rio.

A disponibilidade dos dados para consulta permitirá que qualquer pessoa interessada possa acessar a pesquisa. Isso significa que açorianos que não sabem do paradeiro de parentes há muito emigrados para o Rio de Janeiro possam saber algo sobre sua família.

Quando se é filho ou neto de açoriano, as raízes são mais fortes com o arquipélago, os laços tendem a diminuir com o passar das gerações. Mas pretendemos com o nosso trabalho permitir o resgate das raízes açorianas para as gerações futuras, assim como Santa Catarina e Rio Grande do Sul fizeram desde os fins do século passado. Os descendentes de açorianos no Rio de Janeiro poderão saber mais sobre suas origens de forma mais organizada e facilitada ao consultar os resultados dessa pesquisa, criando a sensação de pertencimento e identidade com a cultura açoriana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assessoria Internacional. (s.d.). <https://www.assessoriainternacional.com/>
- Avelar, J. C. da S. (s.d.). *Genealogias de São Jorge*. http://culturacores.azores.gov.pt/-biblioteca_digital/GENEALOGIAS-SAOJORGE-JOSEAVELAR/GENEALOGIAS-SAOJORGE-JOSEAVELAR_item1/index.html?page=1
- Azevedo, M. M. F. de. (1923). *Genealogias de São Jorge*. http://www.culturacores.azores.gov.pt/-biblioteca_digital/GENEALOGIAS-SAOJORGE-MATEUSAZEVEDO/-GENEALOGIAS-SAOJORGE-MATEUSAZEVEDO_item1/index.html?page=1
- Brasil, Ministério da Justiça. (s.d.). *Entrada de estrangeiros no Brasil - Porto do Rio de Janeiro*. http://bases.an.gov.br/rv/menu_externo/menu_externo.php
- Candau, J. (2018). *Memória e identidade*. Contexto.
- Centro de conhecimento dos Açores. (s.d.). *Centro de conhecimento dos Açores – Registos Paroquiais*. http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/TER-AH-RIBEIRINHA-B-1624-1705/TER-AH-RIBEIRINHA-B-1624-1705_item1/index.html?page=11
- Evangelho, J. T. (2012). *Os açorianos no Rio de Janeiro, 1860 – 2000*. Letra Capital.
- Genealogia sem Segredos. (s.d.). <https://genealogiasemsegredos.weebly.com/>
- Intellectual Reserve. (s.d.). *FamilySearch*. <https://www.familysearch.org/pt/>
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Editora da UNICAMP.
- Lobo, E. M. L. (2001). *Migração portuguesa no Brasil*. Hucitec.
- Maldonado, M. L. (1757). *Fénix Angrense*. http://www.culturacores.azores.gov.pt/-biblioteca_digital/FENIXANGRENSE-PARTEGENEALOGICA/FENIXANGRENSE-PARTEGENEALOGICA_item1/index.html?page=1
- Mendes, A. O., & Forjaz, J. (2011). *Genealogias da Ilha Terceira*. DisLivro.
- Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire*. Gallimard.
- Pacheco, A. (2016). *Terra lavrada de trigo*. Nova Gráfica.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.
- Portugal, *Diário da República n.º 187/2017, Série I de 2017-09-27*, páginas 5532 – 5535, 22 de setembro de 2017.
- Rodrigues, R. (2008). *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*. Dislivro Histórica.
- Sarmiento, E., & Fernando, R. (2017). Estudos sobre imigração e colonização no norte do Brasil (1840-1930). In E. Sarmiento, A. G. Lázaro & M. J. F. Vicente (Eds.), *Migrações Atlânticas no mundo contemporâneo (séculos XIX-XXI): Novas abordagens e avanços teóricos*. Prismas.

Silva, S. S. (2002). *Em Busca de Novos Horizontes – Açores, Emigração e Aculturação nos Finais do Século XIX, Início do Século XX. Arquipélago – História*, 2(6).

São Jorge Genealogy. (2022). *Passports - São Jorge Genealogical Society (SJGS)*.
<https://saojorgegenealogy.org/resources/passports/>

Ventura, J. (2021). *Açores | tombo.pt*. <https://tombo.pt/d/acoes>